

Processo Seletivo para ingresso no Programa de Residência no âmbito
do Ministério Público do Estado de Goiás

RESIDENTE JURÍDICO

CADERNO DE QUESTÕES

26/05/2024

DISCIPLINA	QUESTÕES
Direito Administrativo	01 a 05
Direito Constitucional	06 a 10
Direito Civil	11 a 25
Direito Penal	26 a 40
Direito Processual Civil	41 a 60
Direito Processual Penal	61 a 80
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

O cachorro correu atrás da bicicleta.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova discursiva. Cada questão de múltipla escolha apresenta cinco alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova discursiva consiste em duas questões, a serem respondidas em até 15 linhas, a respeito de temas relacionados a conhecimentos específicos da respectiva área de conhecimento.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

PROCESSO SELETIVO

QUESTÃO 01

Princípio administrativo-constitucional que consagra a importância do Estado de Direito, reforça os limites do servidor público perante a lei e demarca o seu papel central para o funcionamento equilibrado do nosso atual regime jurídico administrativo brasileiro. Essa definição trata do princípio da

- (A) publicidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) eficiência.
- (D) legalidade.
- (E) moralidade.

QUESTÃO 02

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, também conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o processo de licitação deverá observar, dentre outras, a seguinte fase:

- (A) inicial.
- (B) preliminar.
- (C) habilitação.
- (D) demarcação.
- (E) advocatória.

RASCUNHO**QUESTÃO 03**

Em consonância com a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), no que concerne ao procedimento administrativo e judicial referente à improbidade, a representação

- (A) poderá ser feita por qualquer pessoa à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- (B) deverá ser obrigatoriamente manuscrita com aposição de assinatura eletrônica, conterà a qualificação do representante, as informações sobre o fato e a indicação das provas.
- (C) caberá aos servidores públicos, em caráter exclusividade, à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- (D) deverá ser facultativamente manuscrita, mas com aposição obrigatória de assinatura eletrônica, contendo a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a entrega imediata das provas relacionadas ao fato narrado.
- (E) terá apuração dos fatos determinada após 30 dias pela autoridade administrativa responsável, desde que atenda aos requisitos, mesmo que em caráter parcial, observada a legislação que regula o processo administrativo disciplinar aplicável ao agente.

QUESTÃO 04

Consoante a Lei Complementar Estadual nº 25/1998, que instituiu a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Goiás, são inelegíveis para o cargo de Procurador-Geral de Justiça os membros do Ministério Público que

- (A) se encontrem afastados do exercício das funções, nos 60 dias anteriores à data da eleição.
- (B) forem condenados por crimes dolosos, com decisão pendente de julgamento.
- (C) forem condenados por crimes culposos, transitados em julgados.
- (D) não apresentarem declaração de regularidade dos serviços afetos a seu cargo à data da inscrição no processo eleitoral.
- (E) estejam cumprindo sanção aplicada em processo administrativo disciplinar.

QUESTÃO 05

Conforme a Lei Complementar nº 101/2000, são constitutivos da gestão fiscal o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. Nesse sentido, a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar

- (A) a administração pública.
- (B) o equilíbrio das contas públicas.
- (C) o monitoramento do Erário Público.
- (D) o planejamento das contas públicas.
- (E) a lei de diretrizes orçamentárias.

RASCUNHO**RASCUNHO**

QUESTÃO 06

Em decorrência do poder constituinte derivado, é matéria passível de abolição por emenda constitucional, nos termos do artigo 60 da Constituição da República Federativa do Brasil,

- (A) o voto obrigatório.
- (B) o voto universal.
- (C) as garantias individuais.
- (D) os direitos individuais.
- (E) a separação dos poderes.

QUESTÃO 07

É cabível mandado de segurança contra

- (A) decisão judicial transitada em julgado.
- (B) ato do próprio Supremo Tribunal Federal.
- (C) lei em tese que não produziu efeitos concretos.
- (D) atos de gestão comercial da diretoria de empresa pública.
- (E) ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo.

QUESTÃO 08

O Conselho Nacional de Justiça é incompetente para

- (A) representar ao Ministério Público no caso de abuso de autoridade.
- (B) receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário.
- (C) rever os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de três anos.
- (D) apreciar a legalidade de atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário.
- (E) elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no país e as atividades do Conselho.

QUESTÃO 09

Qual é o efeito da decisão judicial no controle difuso de constitucionalidade?

- (A) *Erga omnes*.
- (B) Deixa de aplicar uma lei no caso concreto.
- (C) Expurga do ordenamento jurídico determinada lei.
- (D) Vincula o Poder Judiciário e a Administração Pública.
- (E) Retroatividade, aplica-se desde a entrada em vigor da lei.

QUESTÃO 10

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) é instrumento para questionar no Supremo Tribunal Federal a constitucionalidade de

- (A) leis estaduais.
- (B) leis municipais.
- (C) decisões judiciais.
- (D) súmulas vinculantes.
- (E) normas constitucionais originárias.

RASCUNHO

QUESTÃO 11

Leia a charge a seguir e reflita sobre a capacidade civil.



Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/390124386473924168/>>. Acesso em: 06 mai. 2024.

Conforme a teoria brasileira das incapacidades, o indivíduo que gasta desmedidamente, dissipando seus bens, pode ser considerado relativamente incapaz. De acordo com o CC/2002, a situação de incapacidade descrita corresponde ao indivíduo que é

- (A) pródigo.
- (B) inexpressivo por causa transitória.
- (C) ébrio habitual.
- (D) considerado insano.
- (E) viciado em tóxico.

QUESTÃO 12

Leia a notícia a seguir.

Dois anos após tragédia de Brumadinho, famílias ainda lutam para encontrar e enterrar corpos das vítimas

A tragédia que matou 270 pessoas em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais, completou dois anos na última segunda-feira, 25 de janeiro. O rompimento da barragem B1 da Mina Córrego do Feijão, da Vale, não apenas tirou vidas como também vitimou outras centenas de pessoas que moram na região, incluindo famílias que perderam entes queridos e convivem, desde 2019, com o luto e a impunidade. Ainda hoje, 11 corpos não foram encontrados, incluindo oito operários e outras três pessoas, terceirizados e moradores da comunidade local. O Corpo de Bombeiros segue mobilizado, mas nenhum corpo é localizado desde 28 de dezembro de 2019, segundo reportagem do jornal Estado de Minas. Isso significa dizer que 11 famílias tiveram negado seu direito à despedida e ao enterro digno de pessoas amadas.

"Temos por cultura o fechamento do ciclo da vida das pessoas que amamos, com quem compartilhamos nossa existência, nos despedindo delas através da cerimônia do velório. É um momento de despedida, de espiritualidade e de extravasamento da dor", comenta Márcia Fidelis, oficiala de registro civil e presidente da Comissão de Notários e Registradores do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM.

Ela acrescenta: "É um momento de concretização do fim, de materialização da morte, que é um caminho necessário para a aceitação. É um ritual fundamental". Na mídia, os parentes enlutados têm dado entrevistas sobre a dor de não ter onde velar pais, mães, filhos e demais entes que morreram de forma trágica. Sem os corpos, permanece a inquietude e incerteza. (...)

Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/noticias/8103/Dois+anos+após+tragédia+de+Brumadinho+2C+fam%C3%ADlias+ainda+lutam+para+encontrar+e+enterrar+corpos+das+v%C3%ADtimas>>. Acesso em: 06 mai. 2024.

No caso da notícia, não havendo a decretação de ausência, a possibilidade prevista pelo direito civil será a declaração da morte como:

- (A) biológica.
- (B) provável.
- (C) ambiental.
- (D) presumida.
- (E) provisória.

QUESTÃO 13

Leia caso baseado em fatos reais a seguir.

Sobre a temática da vida privada da pessoa natural ser inviolável, um caso recente expôs uma atriz que entregou o filho à adoção após estupro. Em 2022, jornalistas, influenciadores e sites de fofoca começaram a divulgar a história de que a atriz teria entregado um bebê recém-nascido para adoção, e ela passou a ser alvo de especulações e ataques.

Atriz relembra exposição de trauma: “Todo o período desde o acontecido foi um pesadelo que ganhava novos desdobramentos. Eu simplesmente não queria viver aquilo”, disse a atriz.

A atriz se manifestou em suas redes sociais através de uma carta aberta, na qual disse ter sido vítima de um estupro, e ter engravidado de seu agressor após a violência sexual. Ela descobriu a gravidez já em estágio avançado e entregou a criança para adoção assim que ela nasceu.

“Nunca quis me pronunciar, e jamais para esconder das pessoas, e sim porque não tinha digerido o que aconteceu. Fui obrigada a externalizar de forma muito brutal o que vivi. Achei que poderia levar para o caixão toda aquela dor e, quando fui exposta, me senti extremamente vulnerável.”

Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/klara-castanho-relembra-exposicao-de-trauma-foi-um-pesadelo/>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

O caso retratado demonstra que a exposição pública feriu os direitos de personalidade:

- (A) intimidade e proteção de dados.
- (B) intimidade e adoção.
- (C) privacidade e adoção.
- (D) intimidade e privacidade.
- (E) privacidade e proteção de incapazes.

RASCUNHO

QUESTÃO 14

Leia alguns trechos destacados do relato a seguir e reflita acerca da teoria das incapacidades.

O desejo de ser mãe por uma jovem autista

Como quem me acompanha sabe, sou uma jovem autista de 24 anos, filha de outra mulher também diagnosticada com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), e não tenho filhos até o momento. (...) Todas as pessoas com quem conversei sobre maternidade nesse período comentaram que são características da mãe ser cuidadosa e atenciosa. Apesar de não ter realizado uma pesquisa científica quantitativa, me chamou a atenção como esses dois atributos eram rapidamente os que vinham à mente das pessoas com quem dialogava sobre “instinto materno”.

E, mais ainda, como elas naturalmente associavam a mim essa capacidade de ter cuidado e atenção com amigos, reforçando se tratarem de características minhas no trato com pessoas pelas quais nutro bons sentimentos. Essa percepção, contudo, não iria na direção contrária do estereótipo que muitas vezes é relacionado a pessoas autistas, de que elas são frias e podem ter dificuldades de criar vínculos e demonstrar sentimentos?

Eu não sou uma mulher cisgênero e, em função de algumas particularidades minhas, não posso gerar filhos. No entanto, não posso negar que por vezes me vem um desejo forte de adotar uma criança em um futuro mais estável. Aí entra a rigidez de pensamento, os medos que rondam a ideia de ter uma vida quase que inteiramente dependente de mim. Conheço mães e pais autistas incríveis, todavia, enfim, enquanto a ideia amadurece, busco seguir cuidadosa e atenciosa com os meus amigos. Essas são características das quais não abro mão!

Disponível em: <<https://www.canalautismo.com.br/artigos/o-desejo-de-ser-mae-por-uma-jovem-autista/>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

A Lei nº 12.764/2012 instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e considerou a pessoa com TEA pessoa com deficiência. Caso a mulher do relato opte pela adoção de uma criança, ela seria considerada uma pessoa com

- (A) incapacidade relativa.
- (B) incapacidade absoluta.
- (C) capacidade sob supervisão.
- (D) capacidade relativa.
- (E) capacidade plena.

QUESTÃO 15

Leia a notícia seguir.

**MC Binn diz que mudança de nome foi natural:
'Apadrinhamento veio pelo Tadeu, que fortaleceu bastante'.**

Artista diz que novo nome inaugura nova fase: 'Para poder colaborar com a galera de vários outros estilos' O MC Bin Laden que entrou para o Big Brother Brasil saiu pela porta da casa MC Binn. Essa mudança de nome marca uma nova fase na vida artística e até mesmo pessoal do cantor, conhecido por hits como "Tá tranquilo, tá favorável" e "Bololo haha". (...) Agora sem o Laden.

A retirada do "Laden" e a inclusão de um segundo "n" no nome artístico do músico pegou a equipe dele de surpresa, "porque não imaginava" a troca repentina. É como se o funkeiro, cujo nome verdadeiro é Jefferson Cristian dos Santos Lima, quisesse se desvincular da imagem antiga, que fez muito sucesso ainda em meados da década passada.

— O Bin já tinha ficado tão natural. O Brasil inteiro já me conhecia como Bin, então preferi deixar MC Binn, com dois "n", mesmo. Foi um movimento natural, até porque o apadrinhamento do nome veio pelo Tadeu (Schmidt, apresentador do BBB), então isso fortaleceu bastante.

Uma verdade é que o nome antigo de Binn já havia lhe trazido situações nada tranquilas nem favoráveis. Tentou embarcar para os Estados Unidos três vezes, mas não obteve permissão para entrar no país devido ao pseudônimo, que faz menção ao terrorista Osama bin Laden, morto em 2011, responsável pelo ataque às Torres Gêmeas, em Nova York, no início do século. Diversas vezes, o funkeiro disse ter escolhido o apelido sem imaginar a proporção que aquilo poderia atingir algum dia. (...)

Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2024/04/16/mc-binn-diz-que-mudanca-de-nome-foi-natural-apadrinhamento-do-nome-veio-pelo-tadeu-fortaleceu-bastante.ghtml>>. Acesso em: 06 mai. 2024.

De acordo com os direitos de personalidade, a proteção jurídica aplicável ao direito do cantor MC Binn é a proteção legal do

- (A) prenome.
- (B) artista.
- (C) nome.
- (D) trabalho.
- (E) afeto.

QUESTÃO 16

A ação de natureza condenatória que visa obrigar uma das partes a prestação de obrigação de fazer possui prazo de pretensão da ação. Trata-se da situação de

- (A) decadência.
- (B) dilação.
- (C) prescrição.
- (D) pré-questionamento.
- (E) vinculante.

QUESTÃO 17

Leia o texto a seguir.



*- Se há alguém com um print que
impeça esta união, que o envie agora
ou o apague para sempre...*

Disponível em: <<https://alpinocartunista5.wixsite.com/alpino/copia-charges?pgid=jruuclvs-83264fb9-bd41-4a90-b1da-524d68063010>>. Acesso em: 06 mai. 2024.

Se algum dos contraentes, durante a celebração do casamento, em tom jocoso, recusar a solene afirmação da sua vontade, imediatamente será aplicada a:

- (A) prescrição.
- (B) suspensão.
- (C) anulação.
- (D) nulidade.
- (E) decadência.

QUESTÃO 18

Leia a situação hipotética a seguir.

Um jovem de 30 (trinta) anos, em tratamento de doença rara, está em uma situação financeira desesperadora devido a tentativa de tratamentos com e sem eficácia científica que prometem melhora e até cura da doença. O jovem realiza a venda de um imóvel, mediante um contrato de compra e venda com o primo do seu tio que conhecia da situação financeira e de saúde do jovem. Ocorre que o preço de venda do imóvel é significativamente abaixo do valor de mercado, resultando em um prejuízo considerável ao jovem.

Elaborado pelo(a) autor(a).

A possibilidade de vício de consentimento do negócio jurídico aplicável ao caso é a seguinte:

- (A) dolo.
- (B) lesão.
- (C) coação.
- (D) erro.
- (E) estado de perigo.

QUESTÃO 19

Leia a notícia a seguir.

Empresa vai indenizar homem trans por não chamá-lo pelo nome social.

Instituição financeira terá de indenizar a vítima em R\$ 10 mil e corre o risco de ser multada caso não corrija o erro no sistema cadastral. A Justiça do DF condenou a Porto Seguro Cartões a indenizar um homem transexual por não reconhecer o nome social do cliente, morador da capital federal. A vítima realizou tratamento hormonal e trilhou todo caminho jurídico em busca dos documentos para conseguir ser reconhecido como homem trans. Apesar disso, sem explicações ou aviso prévio, a operadora voltou a chamá-lo pelo nome antigo, chegando a tratá-lo como “senhora”. Em busca de reconhecimento e respeito, o homem entrou com uma ação judicial. Em 28 de maio deste ano, o Tribunal Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) condenou a Porto Seguro Cartões, em 1ª instância, a pagar a indenização de R\$ 10 mil à vítima, por danos morais.

“Sou um homem transgênero, transexual. Me compreendi como uma pessoa trans com quase 40 anos. Então isso foi uma questão para mim. Foi um processo intenso. A partir do momento em que eu fui aceitando a minha realidade, aceitando minhas questões de transexualidade, fui ficando mais feliz, menos adoecido. Eu era uma pessoa que vinha muito adoecida”, contou. (...)

Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/empresa-vai-indenizar-homem-trans-por-nao-chama-lo-pelo-nome-social>>. Acesso em: 06 mai. 2024.

A violação se apresenta como lesão ao direito

- (A) da dignidade.
- (B) do fato jurídico.
- (C) da personalidade.
- (D) do ato jurídico.
- (E) do sigilo.

QUESTÃO 20

Considere que determinado negócio jurídico possui como um dos efeitos uma cláusula acessória impossível. A referida cláusula acessória torna o negócio jurídico

- (A) totalmente válido.
- (B) totalmente inválido.
- (C) parcialmente válido.
- (D) parcialmente ilícito.
- (E) totalmente lícito.

QUESTÃO 21

O direito nas ações meramente declaratórias poderá ser objeto de

- (A) prescrição.
- (B) pré-questionamento.
- (C) vinculante.
- (D) decadência.
- (E) imprescritibilidade.

QUESTÃO 22

Leia a charge a seguir.



Disponível em: <<http://analisedecharges.blogspot.com/2011/01/charge-sobre-compra-de-material-escolar.html>>. Acesso em: 06 mai. 2024.

Na charge, o lápis cravado nas costas do pai faz alusão à expressão popular "levar uma facada" devido aos altos custos em todo o início de ano letivo, demonstrando a responsabilidade do poder familiar com a assistência, a criação e a educação dos filhos. Em relação aos filhos, o poder familiar pode

- (A) conceder ou negar representação judicial e extrajudicialmente após os 16 (dezesesseis) anos.
- (B) conceder ou negar assistência judicial e extrajudicialmente até os 16 (dezesesseis) anos.
- (C) conceder consentimento para adoção e negar consentimento para o casamento.
- (D) conceder ou negar consentimento para o casamento.
- (E) conceder consentimento para o casamento e negar consentimento para divórcio.

QUESTÃO 23

Leia a notícia a seguir.

Dono do maior jabuticabal do país oferece fazenda a quem vencer desafio.

Plantação conta com 42 mil pés e recebe cada vez mais visitantes, que podem até ganhar a fazenda, se conseguirem comer uma fruta de cada pé. Se a jabuticaba é uma fruta tipicamente brasileira, a maior plantação delas no Brasil (e uma das maiores do mundo) fica em Goiás, em uma propriedade rural a poucos quilômetros da capital. E sabia que você pode se tornar dono da fazenda? Para isso, basta cumprir um desafio bem simples: comer uma frutinha de cada um de seus 42 mil pés da árvore frutífera em uma única visita.

Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/dono-do-maior-jabuticabal-do-pais-oferece-fazenda-a-quem-vencer-desafio-saiba-qual>>. Acesso em: 06 mai. 2024.

O objeto do negócio jurídico apresentado na notícia, ao ser analisado pelos critérios de validade do negócio jurídico, é

- (A) determinável.
- (B) ilícito.
- (C) determinado.
- (D) insolvente.
- (E) indeterminado.

QUESTÃO 24

A Lei nº 14.382/2022 alterou o Código Civil acerca do prazo da prescrição intercorrente. Nesse caso, o prazo prescricional é

- (A) o mesmo prazo de prescrição da pretensão.
- (B) o mesmo prazo de prescrição do direito.
- (C) determinado pelo magistrado.
- (D) determinado em audiência preparatória.
- (E) determinado em legislação especial.

QUESTÃO 25

Leia a notícia a seguir.

J.K. Rowling nega que seu pseudônimo seja inspirado por psiquiatra que defendia conversão sexual

A autora assina romances policiais como Robert Galbraith – mesmo nome de um psiquiatra americano que procurou fazer um homem homossexual se tornar heterossexual. J.K. Rowling nega que o pseudônimo usado nos seus livros para o público adulto, Robert Galbraith, esteja relacionado ao psiquiatra americano Robert Galbraith Heath, que defendia a "terapia de conversão sexual" para LGBTs. Nas redes sociais, muitas pessoas repararam na coincidência dos nomes, e levantaram a possibilidade da autora da saga 'Harry Potter' ter escolhido sua assinatura alternativa para fazer uma homenagem a Heath. (...)

Disponível em: <<https://revistamonet.globo.com/Noticias/noticia/2020/09/jk-rowling-nega-que-seu-pseudonimo-seja-inspirado-por-psiquiatra-que-defendia-conversao-sexual.html>>. Acesso em: 06 mai. 2024.

Com base na interpretação da notícia e no direito civil brasileiro, o pseudônimo Robert Galbraith é

- (A) lícito.
- (B) ilícito.
- (C) impossível.
- (D) possível.
- (E) crime.

QUESTÃO 26

Funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, comete o crime de

- (A) corrupção ativa.
- (B) corrupção passiva.
- (C) peculato.
- (D) prevaricação.
- (E) concussão.

QUESTÃO 27

Há algumas situações em que as leis penais entram em conflito, gerando diferentes consequências para cada tipo de cenário. Quando a lei estabelece uma situação mais gravosa ao réu em algum delito já existente, há o conflito de

- (A) *Novatio Legis in Pejus*.
- (B) *Novatio Legis Incriminadora*.
- (C) *Abolitio Criminis*.
- (D) *Novatio legis in Mellius*.
- (E) Ubiquidade.

QUESTÃO 28

O crime de perigo coletivo expõe a perigo um número indeterminado de pessoas. É um exemplo de crime de perigo coletivo:

- (A) provocar incêndio proposital em uma residência expondo efetivamente a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem.
- (B) expor, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de que sabe ou deve saber que está contaminado.
- (C) portar ilegalmente arma de fogo, ainda que seja de uso permitido.
- (D) fabricar, fornecer, adquirir, possuir ou transportar, sem licença da autoridade, gás tóxico ou asfixiante, ou material destinado à sua fabricação.
- (E) conduzir um veículo sob efeito de álcool.

QUESTÃO 29

A Constituição Federal de 1988, no art. 5º, dispõe de diversos princípios balizadores do Direito Penal. A vedação às penas de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento, cruéis, bem como a proibição da pena de morte, salvo em época de guerra declarada, nos termos do Código Penal Militar, refere-se ao princípio penal da

- (A) legalidade.
- (B) responsabilidade pessoal.
- (C) humanidade.
- (D) intervenção mínima.
- (E) proporcionalidade.

QUESTÃO 30

Previsto no artigo 15 do Código Penal, o arrependimento eficaz ocorre quando o agente

- (A) já praticou os atos para atingir o resultado, mas interfere impedindo a consumação do crime.
- (B) repara o dano, até o recebimento da denúncia ou da queixa.
- (C) sem violência ou grave ameaça, repara o dano, até o recebimento da denúncia ou da queixa.
- (D) desiste no prosseguimento da execução do crime.
- (E) é impedido por terceiros.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

De acordo com a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), a violência patrimonial se configura como qualquer conduta que

- (A) ofenda a integridade ou a saúde do corpo, como bater ou espancar, empurrar, atirar objetos na direção da mulher, sacudir, chutar, apertar, queimar, cortar ou ferir.
- (B) desonre a mulher diante da sociedade com mentiras ou ofensas. É, também, acusá-la publicamente de ter praticado crime. São exemplos: xingar diante dos amigos, acusar de algo que não fez e falar coisas que não são verdades sobre ela para os outros.
- (C) cause danos emocionais e diminuição da autoestima, ou que visem degradar ou controlar seus comportamentos, crenças e decisões; mediante ameaça, constrangimento, humilhação.
- (D) configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.
- (E) constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força.

QUESTÃO 32

O art. 23 da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) estabelece que constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá aplicar, sem prejuízo de outras medidas, medidas protetivas de urgência à ofendida. Dentre elas, a

- (A) determinação de matrícula dos dependentes da ofendida em instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio, ou a transferência, independentemente da existência de vaga.
- (B) restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar.
- (C) proibição de aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor.
- (D) suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente.
- (E) frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida.

QUESTÃO 33

Usar violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral, caracteriza crime de

- (A) fraude processual.
- (B) coação no curso do processo.
- (C) favorecimento pessoal.
- (D) favorecimento real.
- (E) patrocínio infiel.

QUESTÃO 34

Um agente público que submete alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo, comete o crime de

- (A) lesão corporal.
- (B) abuso de autoridade.
- (C) ameaça.
- (D) tortura.
- (E) exercício arbitrário das próprias razões.

QUESTÃO 35

Leia o caso a seguir.

A., efetua disparo de arma de fogo contra sua esposa E., perceptivelmente grávida. Todavia, por falta de habilidade no manejo da arma, atinge o vizinho N., que morre imediatamente.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Desconsiderando os tipos penais previstos no Estatuto do Desarmamento e levando em conta apenas as informações contidas no enunciado, A. praticou os seguintes crimes:

- (A) homicídio culposo, feminicídio majorado, na forma tentada, e aborto, na forma tentada.
- (B) homicídio culposo e aborto, na forma tentada.
- (C) aborto, na forma tentada, e feminicídio majorado.
- (D) aborto, na forma tentada, e homicídio.
- (E) feminicídio majorado.

QUESTÃO 36

Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante engodo, artifícios ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima, configura crime de

- (A) violação sexual mediante fraude.
- (B) importunação sexual.
- (C) estupro.
- (D) assédio sexual.
- (E) sedução.

QUESTÃO 37

Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de saciar libidinagem própria ou de outrem, caracteriza crime de

- (A) divulgação de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia.
- (B) satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.
- (C) corrupção de menores.
- (D) estupro de vulnerável.
- (E) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.

QUESTÃO 38

O erro de tipo vencível ou inescusável se configura quando o agente

- (A) acaba atuando abruptamente, sem a cautela necessária e esperada, cometendo o crime que poderia ter sido evitado.
- (B) mesmo tendo praticado toda diligência necessária, comete o erro.
- (C) supõe estar praticando a conduta contra o objeto material que deseja, mas por erro acaba atingindo outro.
- (D) pretende atingir uma determinada pessoa, mas acaba por atingir pessoa diversa, em decorrência de uma má valoração do destino da conduta.
- (E) quando o agente por execução imperfeita acaba atingindo um terceiro que, em regra, não fazia parte do seu "animus".

QUESTÃO 39

O crime de injúria racial tem pena prevista de

- (A) detenção, de um a seis meses, ou multa.
- (B) detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.
- (C) reclusão, de um a seis meses e multa.
- (D) reclusão, de dois a cinco anos e multa.
- (E) reclusão, de dois a quatro anos.

QUESTÃO 40

O autor de homicídio praticado com a intenção de livrar um doente, que padece de moléstia incurável, dos sofrimentos que o atormentam (eutanásia), perante a legislação brasileira, responderá por

- (A) homicídio qualificado pelo motivo torpe.
- (B) crime de homicídio privilegiado.
- (C) homicídio qualificado pelo motivo fútil.
- (D) homicídio simples.
- (E) atípico.

RASCUNHO

QUESTÃO 41

Segundo o Código de Processo Civil, a obtenção, em tempo razoável, de decisão de mérito justa satisfativa, correlaciona-se diretamente com o princípio da

- (A) boa-fé objetiva.
- (B) satistatividade.
- (C) cooperação.
- (D) integridade.
- (E) participação.

QUESTÃO 42

De acordo com o Código de Processo Civil, é uma exceção à regra que veda que seja proferida decisão sem a oitiva da parte contrária o(a)

- (A) *Habeas Data*.
- (B) *Habeas Corpus*.
- (C) Mandado de Segurança.
- (D) Tutela de Mérito.
- (E) Tutela de Evidência.

QUESTÃO 43

Segundo o Código de Processo Civil, os juízes e os tribunais devem atender à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão, com exceção

- (A) das sentenças proferidas em audiência, denegatórias de acordo ou de procedência liminar do pedido.
- (B) do julgamento de processos em bloco para aplicação de tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos.
- (C) do julgamento de recursos em mandado de segurança ou de incidente de falsidade documento ou ideológica.
- (D) das apelações cíveis e criminais e de julgamento de agravo de instrumento e recuso ordinário.
- (E) das tutelas de urgência e evidência, dos embargos de declaração e do julgamento dos recursos extraordinários.

QUESTÃO 44

Segundo o Código de Processo Civil, compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que,

- (A) no exterior, esteja domiciliado réu, qualquer que seja a sua nacionalidade.
- (B) no exterior, tiver de ser cumprida a obrigação principal definida na lide.
- (C) no Brasil, ocorrer o fundamento seja fato da lide ou ato praticado.
- (D) no Brasil, residir o autor, independentemente da natureza da lide.
- (E) no Brasil, residir o réu, e o autor e seus familiares residirem no exterior.

QUESTÃO 45

A cooperação jurídica internacional, conforme regulamentada pelo Código de Processo Civil, será regida por tratado de que o Brasil faz parte e observará

- (A) o respeito às garantias da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal no Estado brasileiro.
- (B) a prioridade de tratamento dos nacionais, frente aos estrangeiros, residentes ou não no Brasil.
- (C) a existência de autoridade descentralizada para recepção e transmissão dos pedidos de cooperação.
- (D) a publicidade processual, exceto nas hipóteses de sigilo previstas na legislação brasileira ou estrangeira.
- (E) a ampla defesa e o contraditório, exceto no julgamento das tutelas e urgência e de evidência.

QUESTÃO 46

Um cidadão brasileiro quer entrar na justiça estadual goiana por conta dos danos ocasionados no motor de seu automóvel em razão da má-qualidade do combustível. Proposta a ação, a Petrobrás intervém no processo sob alegação de que tem interesse na causa. De acordo com as regras de competência definidas no Código de Processo Civil, esse processo deve

- (A) permanecer na justiça estadual goiana, pois não está prevista a intervenção no processo.
- (B) permanecer na justiça estadual goiana, pois a Petrobrás é uma sociedade de economia mista.
- (C) ser remetido à justiça federal, pois a Petrobrás é uma empresa pública federal.
- (D) ser remetido ao Superior Tribunal de Justiça, pois a Petrobrás tem imunidade de jurisdição.
- (E) ser remetido ao Supremo Tribunal Federal, pois a Petrobrás tem foro privilegiado.

QUESTÃO 47

De acordo com o Código de Processo Civil, é competente, para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável, o foro

- (A) do domicílio do réu, se nenhuma das partes morar no antigo domicílio do casal.
- (B) do domicílio do autor, se nenhuma das partes morar no antigo domicílio conjugal.
- (C) da sede da pessoa jurídica titularizada pelos cônjuges em separação na separação.
- (D) do lugar onde o réu exerce sua principal atividade econômico ou trabalhista.
- (E) da sede da serventia notarial ou de registro em foi celebrada a união conjugal.

QUESTÃO 48

Para o CPC, reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum

- (A) o pedido e diferente a causa de pedir.
- (B) a causa de pedir e diferente o pedido.
- (C) a causa de pedir e o pedido da causa.
- (D) a causa de pedir e contíguo o pedido.
- (E) o pedido e divergente a causa de pedir.

QUESTÃO 49

Uma cidadã brasileira propõe, na justiça comum estadual, uma ação para cobrança de salário de seu antigo empregador. Recebida a inicial pelo juízo, ele declina da competência. O fundamento que faz o magistrado declinar da competência é a

- (A) incompetência absoluta.
- (B) incompetência relativa.
- (C) continência da causa.
- (D) estabilidade da jurisdição.
- (E) conectividade de classes.

QUESTÃO 50

De acordo com as regras processuais, aquele que age de má-fé no processo, como, por exemplo, deduzindo pretensão manifestamente falsa, está sujeito a

- (A) multa superior a um por dez por cento e inferior a vinte por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu, mas está dispensada de arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.
- (B) multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.
- (C) pena de prisão, a multa que deverá ser superior a dois por cento e inferior a cinco por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.
- (D) pena de confissão, a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, estando dispensada de indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e de arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.
- (E) pena de prisão, pena de confissão e ao estabelecimento de multa que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, estando dispensada de indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e de arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.

QUESTÃO 51

Um cidadão brasileiro sagra-se, em 11 de abril de 2024, vencedor de uma ação de indenização que move face à União. O valor da condenação foi de R\$ 1.000.000,00. Nesse caso os honorários advocatícios do patrono desse cidadão deverão ser de, no mínimo,

- (A) dez por cento e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido.
- (B) oito por cento e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido.
- (C) cinco por cento e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido.
- (D) três por cento e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido.
- (E) um por cento e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou proveito econômico obtido.

QUESTÃO 52

Uma cidadã brasileira inscrita no CadÚnico ingressa com uma ação declaratória em face do estado de Goiás. Nesse caso, conforme as regras processuais civis, deferida a gratuidade de justiça, ela terá direito à seguinte gratuidade:

- (A) das taxas, das custas judiciais, excluindo-se os selos postais e as despesas com publicação na imprensa oficial.
- (B) das taxas, das custas judiciais e dos selos postais, excluindo-se os e as despesas com publicação na imprensa oficial.
- (C) das taxas, das custas judiciais, excluindo-se os honorários periciais e as despesas com publicação na imprensa oficial.
- (D) das taxas, das custas judiciais e dos honorários periciais, excluindo-se os e as despesas com publicação na imprensa oficial.
- (E) das taxas, das custas judiciais e dos selos postais, excluindo-se as penas de litigância de má-fé.

QUESTÃO 53

Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente. Esse fenômeno processual, de acordo com o Código de Processo Civil, é denominado

- (A) representação.
- (B) preclusão.
- (C) solidariedade.
- (D) litisconsórcio.
- (E) litispendência.

RASCUNHO**QUESTÃO 54**

De acordo com o Código de Processo Civil, o assistente simples atuará

- (A) como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido.
- (B) em processo cujo domínio foi transferido ao assistido, a fim de que possa exercer os direitos resultantes da evicção.
- (C) como assistente dos devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.
- (D) para prosseguir com sua defesa do assistido, eventualmente oferecida, e abster-se de recorrer, restringindo sua atuação à ação regressiva.
- (E) como assistente de acusação, e exercerá os mesmos poderes constituídos do ministério público para tutela da prova.

QUESTÃO 55

No que tange à desconsideração da personalidade jurídica, conforme estipulações do Código de Processo Civil,

- (A) é limitada à fase de cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo judicial ou extrajudicial.
- (B) é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- (C) é cabível em todas as fases recursal do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução pautadas em título executivo.
- (D) é limitada ao processo de conhecimento, vedada no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo judicial ou extrajudicial.
- (E) é limitada ao processo de execução, vedada sua utilização no processo de conhecimento e cumprimento de sentença judicial ou extrajudicial.

QUESTÃO 56

Segundo o Código de Processo Civil, quando qualquer das partes for credora ou devedora do juiz, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, o magistrado será

- (A) parte.
- (B) assistente.
- (C) suspeito.
- (D) impedido.
- (E) acusado.

QUESTÃO 57

No que tange a contagem dos prazos processuais, salvo disposição em contrário, de acordo com o Código de Processo Civil,

- (A) os prazos serão contados em dias corridos excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.
- (B) os prazos serão contados em dias úteis incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.
- (C) os prazos serão contados em dias corridos incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.
- (D) os prazos serão contados em dias úteis excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.
- (E) os prazos serão contados em dias corridos, incluindo o dia de começo e incluindo o dia de vencimento.

QUESTÃO 58

De acordo com CPC, os prazos processuais podem ser próprios e impróprios. Mesmo sendo impróprio, de acordo com o Código de Processo Civil, a citação será efetivada em até

- (A) 45 dias a partir da propositura da ação.
- (B) 30 dias a partir do despacho judicial.
- (C) 45 dias a partir do despacho judicial.
- (D) 30 dias a partir da propositura da ação.
- (E) 15 dias a partir da propositura da ação.

QUESTÃO 59

Conforme as normas que regem o Código de Processo Civil, a decisão de mérito, após o trânsito em julgado, pode ser rescindida, entre outras hipóteses, quando se verificar que foi proferida por

- (A) força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz, for proferida por juiz impedido ou por juízo relativamente incompetente ou violar tangencialmente norma jurídica.
- (B) força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz, for proferida por juiz suspeito ou por juízo absolutamente incompetente ou violar relativamente norma jurídica.
- (C) força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz, for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente ou violar manifestamente norma jurídica.
- (D) força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz, for proferida por juiz suspeito ou por juízo absolutamente competente ou violar frontalmente norma jurídica.
- (E) força de incompetência relativa, concussão ou corrupção do juiz, for proferida por juiz relativamente suspeito ou violar frontalmente norma jurídica.

QUESTÃO 60

De acordo com o Código de Processo Civil, o recurso de apelação tem efeito suspensivo, exceto

- (A) para a sentença que homologa divisão ou demarcação de terras.
- (B) para a sentença que exonera o dever de pagar alimentos.
- (C) extinguir com resolução do mérito os embargos do executado.
- (D) julgar improcedente o pedido de instituição de arbitragem.
- (E) julgar procedente pedido de homologação de acordo.

RASCUNHO

QUESTÃO 61

Nos termos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, o processo penal terá estrutura

- (A) inquisitorial, na fase da investigação; e acusatória, na fase processual, recursal e de execução.
- (B) inquisitorial, sendo permitida a iniciativa do juiz na fase de investigação.
- (C) acusatória, sendo vedada a iniciativa do juiz na fase de investigação.
- (D) mista, admitindo, excepcionalmente, a iniciativa do juiz na fase de investigação, desde que previsto no regimento do tribunal.
- (E) acusatória, na fase da investigação; e inquisitorial, na fase processual, recursal e de execução.

QUESTÃO 62

Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado de ofício, mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo. No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o direito de representação passará

- (A) ao cônjuge, namorado(a), ascendente, descendente ou irmão.
- (B) ao cônjuge, companheiro(a), ascendente, descendente ou irmão.
- (C) ao cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou qualquer parente em linha reta ou colateral de até 3º grau.
- (D) somente ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- (E) somente ao cônjuge, companheiro(a), ascendente, descendente.

QUESTÃO 63

O *par conditio*, paridade de armas, se refere à igualdade de oportunidades no processo e pode ser definido como subprincípio do

- (A) princípio do contraditório.
- (B) princípio da ampla defesa.
- (C) princípio da instrumentalidade.
- (D) princípio do duplo grau de jurisdição.
- (E) princípio da busca da verdade.

QUESTÃO 64

O direito de queixa poderá ser exercido por curador especial, nomeado, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, pelo juiz competente, se o ofendido for

- (A) menor de 21 anos e não tiver representante legal.
- (B) mentalmente enfermo e não tiver representante legal.
- (C) menor de 21 anos e tiver conflitos de interesses com o seu representante legal.
- (D) maior de 65 anos e tiver conflitos de interesses com o seu representante legal.
- (E) maior de 65 anos e não tiver representante legal.

QUESTÃO 65

Sobre a lei processual no tempo,

- (A) a lei processual penal segue, via de regra, o princípio do *tempus regit actum*.
- (B) a lei processual penal segue, via de regra, o princípio da retroatividade benéfica.
- (C) o prazo já iniciado, inclusive o estabelecido para a interposição de recurso, será regulado pela lei nova.
- (D) todos os prazos correrão em cartório e serão contínuos e peremptórios, interrompendo-se por férias, domingo ou dia de feriado.
- (E) computar-se-á no prazo o dia do começo, excluindo-se, porém, o dia do vencimento.

QUESTÃO 66

A repristinação em matéria processual penal

- (A) será aplicável por força de sentença transitada em julgado.
- (B) não é aplicável, salvo se for em benefício do réu.
- (C) será aplicável sempre que a lei revogadora for revogada.
- (D) não é aplicável, salvo em casos de inconstitucionalidades supervenientes.
- (E) é aplicável quando houver expressa determinação legal.

QUESTÃO 67

A competência será determinada pela continência

- (A) se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras.
- (B) se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.
- (C) quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
- (D) quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
- (E) quando duas ou mais condutas provocam dois ou mais resultados lesivos.

QUESTÃO 68

“Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial” (CPP). A prisão preventiva, desde que prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado, poderá ser decretada

- (A) como garantia da ordem pública e em caso de flagrante delito.
- (B) como garantia da ordem econômica ou para assegurar a aplicação da lei penal.
- (C) por conveniência da instrução criminal ou quando o indiciado não tiver residência fixa.
- (D) como garantia da ordem pública ou quando o indiciado não tiver residência fixa.
- (E) por conveniência da instrução criminal e em caso de flagrante delito.

QUESTÃO 69

Sobre a formação do Conselho de Sentença do Tribunal do Juri, nos termos do artigo 448 do Código de Processo Penal, podem servir no mesmo Conselho

- (A) marido e mulher.
- (B) sogro e genro.
- (C) tio e sobrinho.
- (D) companheiros, em união estável.
- (E) primo e prima.

QUESTÃO 70

Nos termos do parágrafo único do art. 316 do Código de Processo Penal, “decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal”. Considerando o texto legal, em interpretação conforme à constituição, o Supremo Tribunal Federal decidiu que

- (A) em caso de descumprimento do prazo nonagesimal para a reanálise, de ofício, pelo órgão emissor da decisão, a prisão é ilegal e, portanto, passível de revogação automática.
- (B) a inobservância da reavaliação, após o prazo nonagesimal, não implica a revogação automática da prisão preventiva, devendo o juízo competente ser instado a reavaliar a legalidade e a atualidade de seus fundamentos.
- (C) o dispositivo legal era inconstitucional, uma vez que a revogação automática das prisões preventivas ocasionaria lesão aos direitos à segurança e paz social.
- (D) em caso de descumprimento do prazo nonagesimal para a reanálise, de ofício, pelo órgão emissor da decisão, a prisão é ilegal e, portanto, passível de relaxamento automática.
- (E) o dispositivo legal era constitucional, uma vez que a revogação automática das prisões preventivas ocasionaria lesão aos direitos à segurança e paz social.

QUESTÃO 71

A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, será substituída por prisão domiciliar, desde que

- (A) não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa e não seja reincidente específica.
- (B) não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente e não seja reincidente específica.
- (C) não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa e não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.
- (D) seja indispensável para os cuidados do dependente e ser maior de 80 (oitenta) anos.
- (E) seja indispensável para os cuidados do dependente e não seja reincidente específica.

QUESTÃO 72

O princípio do prejuízo (*pas de nullité sans grief*) estabelece que nenhum ato deve ser declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa. Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) afirmou que deve haver prova inequívoca do prejuízo para que se declare a nulidade. Todavia, quando ocorrem, as nulidades podem ser classificadas em absolutas, que podem ser reconhecidas de ofício, ou relativas, que devem ser alegadas. Sobre o tema, à luz das súmulas do Superior Tribunal Federal,

- (A) é absoluta a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.
- (B) é relativa a nulidade do julgamento, pelo júri, por falta de quesito obrigatório.
- (C) é relativa a nulidade do julgamento pelo júri, quando os quesitos da defesa não precedem aos das circunstâncias agravantes.
- (D) no processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.
- (E) é absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

QUESTÃO 73

Da decisão que não recebe ou rejeita à denúncia, cabe

- (A) apelação.
- (B) recurso extraordinário.
- (C) recurso em sentido estrito.
- (D) recurso ordinário constitucional.
- (E) recurso especial.

RASCUNHO**QUESTÃO 74**

Leia a letra da música de Noel Rosa.

Habeas Corpus

No tribunal da minha consciência	Tu tens as agravantes da surpresa
O teu crime não tem apelação	(E) Também as da premeditação
Debalde tu alegas inocência	Mas na minh'alma tu não ficas presa
Mas não terás minha absolvição	Porque o teu caso é caso de expulsão
Os autos do processo da agonia	Tu vais ser deportada do meu peito
Que me causaste em troca ao bem que fiz	Porque teu crime encheu-me de pavor
Correram lá naquela pretoria	Talvez o habeas-corpus da saudade
Na qual o coração foi o juiz	Consinta o teu regresso ao meu amor

Habeas-corpus, Noel Rosa e Orestes Barbosa, 1933.

Considerando o mandamento constitucional, para a concessão de *habeas corpus*, o juiz deve observar

- (A) a existência de direito líquido e certo como condição precípua.
- (B) a veracidade da inocência, como prova de extinção de tipicidade.
- (C) o não cabimento de *habeas data* ou mandado de segurança, que teriam que ser preferencialmente impetrados.
- (D) se a petição teria sido assinada por advogado ou pelo Ministério Público.
- (E) a existência de violência ou coação ilegal na liberdade de locomoção.

QUESTÃO 75

Nos termos do Código de Processo Penal, ao Ministério Público cabe promover,

- (A) privativamente, a ação penal pública e atuar como fiscal da execução da lei.
- (B) concorrentemente, a ação penal pública e atuar como *custos legis*.
- (C) privativamente, a ação civil pública e atuar como fiscal da execução da lei.
- (D) concorrentemente, a ação civil pública e atuar como instituição essencial à justiça.
- (E) privativamente, a ação penal pública e a ação civil pública.

QUESTÃO 76

Havendo vestígios após a prática de uma infração, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, realizado preferencialmente por perito oficial. Para a realização da perícia,

- (A) serão necessários dois peritos oficiais, subscrevendo o laudo, portadores de diplomas de curso superior.
- (B) será necessário um perito oficial, portador de diploma de curso superior.
- (C) na falta de perito oficial, bastará 1 (uma) pessoa idônea, portadora de diploma de curso superior.
- (D) tratando-se de perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, deverá ser, obrigatoriamente, designado mais de um perito criminal.
- (E) em caso de necrópsia, deve-se esperar, no mínimo, dez horas depois do óbito, salvo se os peritos julgarem que pode ser feita antes do prazo.

QUESTÃO 77

É direito do preso que

- (A) sua prisão e seu paradeiro sejam comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- (B) o auto de prisão em flagrante seja encaminhado ao juiz competente dentro de 48 horas após a prisão, e, se o autuado não indicar um advogado, uma cópia integral deve ser enviada à Defensoria Pública.
- (C) o auto de prisão em flagrante seja encaminhado ao Promotor de Justiça competente dentro de 24 horas após a prisão, em se o autuado não indicar um advogado, uma cópia integral deve ser enviada à Procuradoria Geral do Estado.
- (D) sua prisão e seu paradeiro devem ser comunicados ao Promotor de Justiça competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada dentro de 48 horas.
- (E) o auto de prisão em flagrante deve ser encaminhado ao juiz competente dentro de 24 horas após a prisão, e, se o autuado não indicar um advogado, uma cópia integral deve ser enviada à Procuradoria Geral do Estado.

QUESTÃO 78

O juiz poderá suspender a execução das penas de reclusão por tempo não inferior a

- (A) 2 (dois) anos e 6 (seis) anos, desde que as penas não sejam superiores a 2 (dois) anos.
- (B) 2 (dois) anos e 4 (quatro) anos, desde que as penas não sejam superiores a 2 (dois) anos.
- (C) 2 (dois) anos e 6 (seis) anos, desde que as penas não sejam inferiores a 1 (um) ano.
- (D) 2 (dois) anos e 4 (quatro) anos, desde que as penas não sejam inferiores a 2 (dois) anos.
- (E) 2 (dois) anos, desde que as penas não sejam inferiores a 2 (dois) anos.

QUESTÃO 79

No âmbito processual penal, o procedimento será comum ou especial, sendo que o procedimento comum será

- (A) sumário para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.
- (B) sumaríssimo quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- (C) ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- (D) ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- (E) sumário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

QUESTÃO 80

Considerando o papel do *parquet* no curso do inquérito policial, o prazo para o oferecimento da denúncia,

- (A) estando o réu preso, será de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento do inquérito policial.
- (B) estando o réu preso, será de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento do inquérito policial.
- (C) estando o réu solto, será de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento do inquérito policial.
- (D) estando o réu solto, será de 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento do inquérito policial.
- (E) estando o réu afiançado, será de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento do inquérito policial.

PROVA DISCURSIVA

Questão 01

Leia o caso a seguir.

Em 05 de junho de 2019, P. dirigia veículo automotor em via pública, com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool, ocasião em que veio a atropelar L. por avançar cruzamento com o sinal fechado para os veículos. L. sofreu lesões que a deixaram com debilidade permanente no braço, o que foi reconhecido pelo laudo pericial respectivo, também ficando comprovado o estado clínico em que se encontrava o motorista atropelador. Considerando que P. arcou com as despesas que L. teve que despende em razão do evento, a vítima não quis representar contra ele. Inobstante tal manifestação da vítima, o Ministério Público denunciou P. pela prática dos injustos do Art. 303, § 2º, e do Art. 306, ambos da Lei nº 9.503/97.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Diante da ausência de representação por parte da ofendida, o Ministério Público teria legitimidade para propor ação penal contra P.? Fundamente.

(50 pontos)

Questão 02

De acordo com a doutrina, a jurisprudência e o Código de Processo Civil, o negócio jurídico processual pode estipular renúncia ao recurso de Embargos de Declaração? Por quê? Na resposta, conceitue negócio jurídico processual e embargos de declaração, apontando o fundamento normativo desses institutos jurídicos.

(50 pontos)

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30